

BW Guirapá I S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
BW Guirapá I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BW Guirapá I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BW Guirapá I S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 9 de abril de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.932	2.587	21.191	29.714	Fornecedores	35	-	2.945	1.546	
Contas a receber	7	-	-	8.971	8.808	Financiamentos	13	-	-	28.120	25.818
Dividendos a receber	8	-	121	-	-	Impostos e contribuições sociais	2	-	-	647	813
Outros		470	414	4.003	2.782	Contas de ressarcimento CCEE	12	-	-	19.335	3.343
Total do ativo circulante		<u>2.402</u>	<u>3.122</u>	<u>34.165</u>	<u>41.304</u>	Provisão para custos socioambientais	14	-	-	-	579
						Arrendamentos a pagar	15	-	-	795	675
						Outras contas a pagar		<u>3</u>	-	<u>388</u>	<u>277</u>
						Total do passivo circulante		<u>40</u>	-	<u>52.230</u>	<u>33.051</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos vinculados	13	-	-	63.491	33.524	Financiamentos	13	-	-	254.719	282.449
Outros ativos		-	-	-	-	Contas de ressarcimento CCEE	12	-	-	12.247	5.447
Investimentos	8	459.789	470.498	-	-	Provisão para custos com desmobilização	14	-	-	7.494	7.494
Imobilizado	9	533	525	679.867	715.521	Arrendamentos a pagar	15	-	-	<u>10.143</u>	<u>8.938</u>
Intangível	10	-	-	10.522	11.176	Total do passivo não circulante		-	-	<u>284.603</u>	<u>304.328</u>
Direito de uso em arrendamento	11	-	-	<u>11.472</u>	<u>9.979</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		<u>460.322</u>	<u>471.023</u>	<u>765.352</u>	<u>770.220</u>	Capital social integralizado	16	604.389	604.389	604.389	604.389
						Prejuízos acumulados		<u>(141.705)</u>	<u>(130.244)</u>	<u>(141.705)</u>	<u>(130.244)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>462.684</u>	<u>474.145</u>	<u>462.684</u>	<u>474.145</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>462.724</u>	<u>474.145</u>	<u>799.517</u>	<u>811.524</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>462.724</u>	<u>474.145</u>	<u>799.517</u>	<u>811.524</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA	17	-	-	82.698	93.955
Custos com geração de energia	18	-	-	(65.802)	(61.754)
LUCRO BRUTO		-	-	16.896	32.201
Despesas gerais e administrativas	19	(405)	(508)	(5.772)	(7.982)
Equivalência patrimonial	8 e 19	(10.709)	(2.260)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>(11.114)</u>	<u>(2.768)</u>	<u>11.124</u>	<u>24.219</u>
Despesas financeiras	20	(403)	(146)	(24.174)	(29.509)
Receitas financeiras	20	56	395	1.589	3.140
Resultado financeiro		<u>(347)</u>	<u>249</u>	<u>(22.585)</u>	<u>(26.369)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(11.461)</u>	<u>(2.519)</u>	<u>(11.461)</u>	<u>(2.150)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	-	-	-	(369)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(11.461)</u>	<u>(2.519)</u>	<u>(11.461)</u>	<u>(2.519)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (EM R\$)	18	<u>(11,45)</u>	<u>(2,52)</u>	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(11.461)	(2.519)	(11.461)	(2.519)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(11.461)</u>	<u>(2.519)</u>	<u>(11.461)</u>	<u>(2.519)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		604.389	(127.725)	476.664
Prejuízo do exercício		-	(2.519)	(2.519)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	16	604.389	(130.244)	474.145
Prejuízo do exercício		-	(11.461)	(11.461)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	16	<u>604.389</u>	<u>(141.705)</u>	<u>462.684</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I.S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(11.461)	(2.519)	(11.461)	(2.519)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:					
Equivalência patrimonial	8	10.709	2.260	-	-
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	9	16	40.843	40.957
Baixa de ativo imobilizado	9	-	-	50	-
Atualização ressarcimento - CCEE		-	-	574	411
Atualização arrendamento a pagar		-	-	95	37
Juros sobre financiamento	13 e 20	-	-	22.229	28.095
Apropriação dos custos sobre financiamento	13	-	-	457	456
Rendimento financeiro de depósitos vinculados		-	(229)	(948)	(2.009)
(Aumento) redução de ativos:					
Contas a receber		-	-	(163)	(1.487)
Impostos a recuperar		(13)	(72)	(228)	(485)
Outros ativos		78	(116)	(973)	(779)
Aumento (redução) de passivos:					
Fornecedores		35	(1)	1.399	(1.939)
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	22.218	(957)
Impostos e contribuições sociais		2	(3)	(166)	65
Pagamento de custos socioambientais e desmobilização		-	-	(579)	(2.424)
Outras contas a pagar		3	-	111	(158)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(990)
Pagamento de financiamento - juros	13	-	-	(22.293)	(27.134)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(638)</u>	<u>(664)</u>	<u>51.165</u>	<u>29.140</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Depósitos vinculados		-	9.350	(29.019)	7.935
Aquisição de imobilizado e intangível	9 e 10	<u>(17)</u>	<u>(94)</u>	<u>(4.059)</u>	<u>(938)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>(17)</u>	<u>9.256</u>	<u>(33.078)</u>	<u>6.997</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Pagamento de financiamento - principal	13	-	-	(25.821)	(25.803)
Amortização de arrendamentos	15	-	-	(789)	(744)
Partes relacionadas		-	(9.109)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	(9.109)	(26.610)	(26.547)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(655)</u>	<u>(517)</u>	<u>(8.523)</u>	<u>9.590</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	2.587	3.104	29.714	20.124
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.932	2.587	21.191	29.714
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(655)</u>	<u>(517)</u>	<u>(8.523)</u>	<u>9.590</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A BW Guirapá I S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Dácio Oliveira, 889, Caetité – BA, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. Atua como empresa “holding” destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado “Complexo Guirapá”, composto por sete parques eólicos denominados “Centrais Eólicas”, que têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizadas nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. – FERBASA (“Ferbasa”).

Segundo as Portarias do Ministério de Minas e Energia (“MME”), abaixo detalhadas, as companhias estão autorizadas a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 (“LER 2011”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. As Centrais Eólicas tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindaí II, o qual ocorreu em 16 de novembro de 2015.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME (1)	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) (3)	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) (3)	Energia contratada 3º quadriênio (MWmed) (3)	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) (2)
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	5,6	99,98	159,55
Caítitu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	10,4	99,98	159,55
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	13,4	96,97	154,75
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	12,9	96,97	154,75
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	15,5	96,97	154,75
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	13,2	96,97	154,75
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	7,7	99,98	159,55
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>	<u>78,7</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2020.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2019, o 2º quadriênio foi finalizado em junho de 2020 e o 3º quadriênio teve início em julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$18.065 no consolidado. A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes referem-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em 9 de abril de 2021.

1.1. COVID 19 (CORONAVÍRUS)

A Companhia iniciou o combate à Covid-19 em março de 2020 com a adoção tempestiva de protocolos médico e sanitário destinados à prevenção da doença em todas as unidades da Companhia. No decorrer do ano, as inúmeras ações preventivas foram gradativamente ampliadas, orientadas pela equipe médica e por uma especialista em infectologia contratada para avaliar as medidas adotadas pela empresa. Essa profissional também prestou orientação técnica para a implementação de melhorias contínuas voltadas à proteção das equipes.

Entre as medidas empregadas para salvaguardar vidas, merecem destaque: afastamento preventivo imediato de sintomáticos, aferição de temperatura em ônibus e portarias das unidades; triagem de sintomas; uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes; higienização frequente das áreas administrativas e operacionais com produtos para desinfecção recomendados pelos órgãos de vigilância sanitária; sinalização do distanciamento social mínimo exigido em refeitórios, vestiários, salas de lanches e áreas de grande circulação, com orientações e fiscalização contínua da Patrulha da Saúde; assepsia constante de maçanetas, corrimãos, botoeiras e aparelhos de ar condicionados, veículos e equipamentos de transporte de colaboradores (diretos e indiretos); campanhas informativas; testagem; suspensão de viagens, de reuniões presenciais, eventos e treinamentos; antecipação da campanha de vacinação contra a gripe; disponibilização de aplicativo para acolhimento emocional e implantação de canal de atendimento gratuito direto para o Serviço Médico, com funcionamento 24 horas.

As atividades produtivas não sofreram impactos significativos decorrentes do avanço da doença. A progressão das ações protetivas visou garantir a manutenção da operação, honrar os compromissos firmados e preservar os empregos nesse momento tão complexo. Para 2021, a expectativa é de continuidade dos esforços dedicados para combater a pandemia e proteger as VIDAS.

A Administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, cujas participações são apresentadas a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Participação direta</u>
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados, se aplicável, em transações entre companhias do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de “impairment”; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “impairment” em 31 de dezembro 2020 (nota explicativa nº 7). O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

2.5. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

- (i) **Custo amortizado:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.
- (ii) **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
 - (a) **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

(b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foi identificado “impairment” para ativos financeiros.

(c) Desreconhecimento

A Companhia e controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 14).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico.

2.8. Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico.

2.9. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

2.9.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

2.9.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

2.9.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.10. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). A Companhia realizou teste formal de impairment na BW Guirapá e não identificou necessidade de provisão.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12. Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

2.13. Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se iniciou em julho de 2018 com encerramento para 30 de junho de 2022.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

2.14. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) as controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Lucro real – Controladora e Controladas (a partir do exercício de 2019)

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.16. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, alinhado com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

2.18. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

2.19. Novos pronunciamentos técnicos

As novas normas a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia as adotou conforme mencionado abaixo.

2.19.1. CPC 15 (R1) – Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

2.19.2. CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

2.19.3. CPC 26 (R1) e CPC 23 – Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

2.19.4. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisou e esclareceu alguns conceitos e forneceu definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.19.5. CPC 06 (R2) – Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (nota explicativa nº 2.13). A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(iii) “Impairment”, vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa nº 2.7.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de escassez de vento. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos durante o exercício destas demonstrações financeiras.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos (nota explicativa nº 13)	282.839	308.267
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6)	(21.191)	(29.714)
(-) Depósitos vinculados (nota explicativa nº 13)	(63.491)	(33.524)
Dívida líquida (a)	198.157	245.029
Total do patrimônio líquido	462.684	474.145
Total do capital (b)	660.841	719.174
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	30%	34%

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e bancos (nota explicativa nº 6)	1.932	2.587	21.191	29.714
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)	-	-	8.971	8.808
Depósitos vinculados (nota explicativa nº 13)	-	-	63.491	33.524
<u>Passivos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Fornecedores	35	-	2.945	1.546
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)	-	-	282.839	308.267
Arrendamentos a pagar (nota explicativa nº 15)	-	-	10.938	9.613

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	2	2	3.897	4.323
Aplicação financeira	1.930	2.585	17.294	25.391
	<u>1.932</u>	<u>2.587</u>	<u>21.191</u>	<u>29.714</u>

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. As aplicações financeiras estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top DI Referenciado. Em 31 de dezembro de 2020 o Fundo rendeu 90,0% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (31 de dezembro de 2019 – 90,0%).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

7. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CCEE	<u>8.971</u>	<u>8.808</u>

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2020. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

8. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias	Participação no	Patrimônio líquido		Resultado do	
		capital integralizado	31/12/20	31/12/19	exercício	31/12/19
		31/12/20 e 31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Angical	716.130	100%	34.205	35.730	(1.525)	(1.014)
Caititu	962.501	100%	62.641	64.069	(1.428)	205
Coqueirinho	995.871	100%	79.008	80.251	(1.243)	593
Corrupião	718.662	100%	69.367	70.952	(1.585)	(1.160)
Inhambu	930.175	100%	87.760	88.449	(689)	(206)
Tamanduá Mirim	1.052.599	100%	77.307	80.964	(3.657)	(2.061)
Teiú	745.398	100%	49.501	50.083	(582)	1.383
			<u>459.789</u>	<u>470.498</u>	<u>(10.709)</u>	<u>(2.260)</u>

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

Centrais Eólicas	Saldos em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2020
Angical	36.744	(1.014)	-	35.730	(1.525)	34.205
Caititu	63.864	205	-	64.069	(1.428)	62.641
Coqueirinho	79.779	593	(121)	80.251	(1.243)	79.008
Corrupião	72.112	(1.160)	-	70.952	(1.585)	69.367
Inhambu	88.655	(206)	-	88.449	(689)	87.760
Tamanduá Mirim	83.025	(2.061)	-	80.964	(3.657)	77.307
Teiú	48.700	1.383	-	50.083	(582)	49.501
Total	<u>472.879</u>	<u>(2.260)</u>	<u>(121)</u>	<u>470.498</u>	<u>(10.709)</u>	<u>459.789</u>

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de comunicação	10%	50	(24)	26	26
Máquinas e equipamentos	10%	4.872	(374)	4.498	4.469
Aerogeradores	4,4%	761.724	(156.087)	605.637	637.368
Sistemas de transmissão e conexão	3,2%	37.342	(9.850)	27.492	28.757
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	75.828	(34.537)	41.291	44.133
Terrenos	-	601	-	601	601
Outros imobilizados	10%	501	(179)	322	167
		<u>880.918</u>	<u>(201.051)</u>	<u>679.867</u>	<u>715.521</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão de provisão de desmobilização</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo				
Equipamentos de comunicação	50	-	-	50
Máquinas e equipamentos	4.791	-	-	4.791
Aerogeradores	758.598	828	(1.347)	758.079
Sistemas de transmissão e conexão	37.342	-	-	37.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.798	9	-	75.807
Outros	175	101	-	276
Terrenos	601	-	-	601
Total do custo	877.355	938	(1.347)	876.946
Depreciação				
Equipamentos de comunicação	(19)	(5)	-	(24)
Máquinas e equipamentos	(257)	(65)	-	(322)
Aerogeradores	(84.911)	(35.800)	-	(120.711)
Sistemas de transmissão e conexão	(7.365)	(1.220)	-	(8.585)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(28.867)	(2.807)	-	(31.674)
Outros	(81)	(28)	-	(109)
Total da depreciação	(121.500)	(39.925)	-	(161.425)
Total do imobilizado líquido	755.855	(38.987)	(1.347)	715.521

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo					
Equipamentos de comunicação	50	-	-	-	50
Máquinas e equipamentos	4.791	2.449	(50)	(2.318)	4.872
Aerogeradores	758.079	1.327	-	2.318	761.724
Sistemas de transmissão e conexão	37.342	-	-	-	37.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.807	21	-	-	75.828
Outros	276	225	-	-	501
Terrenos	601	-	-	-	601
Total do custo	876.946	4.022	(50)	-	880.918
Depreciação					
Equipamentos de comunicação	(24)	-	-	-	(24)
Máquinas e equipamentos	(322)	(52)	-	-	(374)
Aerogeradores	(120.711)	(35.376)	-	-	(156.087)
Sistemas de transmissão e conexão	(8.585)	(1.265)	-	-	(9.850)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(31.674)	(2.863)	-	-	(34.537)
Outros	(109)	(70)	-	-	(179)
Total da depreciação	(161.425)	(39.626)	-	-	(201.051)
Total do imobilizado líquido	715.521	(35.604)	(50)	-	679.867

10. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

<u>Custo</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2020</u>
Cessão de uso de solo e servidões (a)	13.826	-	13.826	37	13.863
Total do custo	13.826	-	13.826	37	13.863
(-) Amortizações cessão de uso de solo	(1.959)	(691)	(2.650)	(691)	(3.341)
Intangível líquido	11.867	(691)	11.176	(654)	10.522

- (a) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, pagos durante a fase de construção dos parques eólicos, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

11. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

A movimentação do direito de uso de terrenos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>			
Adoção inicial 01/01/2019	10.321	151	10.472
Remensuração	<u>(155)</u>	<u>3</u>	<u>(152)</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>10.166</u>	<u>154</u>	<u>10.320</u>
Remensuração	<u>1.987</u>	<u>32</u>	<u>2.019</u>
Saldo em 31/12/2020	<u><u>12.153</u></u>	<u><u>186</u></u>	<u><u>12.339</u></u>
<u>Depreciação</u>			
Depreciação em 31/12/2019	(309)	(32)	(341)
Adições no exercício	<u>(490)</u>	<u>(36)</u>	<u>(526)</u>
Depreciação em 31/12/2020	<u><u>(799)</u></u>	<u><u>(68)</u></u>	<u><u>(867)</u></u>
Saldo líquido em 31/12/2019	9.857	122	9.979
Saldo líquido em 31/12/2020	11.354	118	11.472

Os montantes reconhecidos na adoção inicial no montante consolidado de R\$2.019 (R\$10.320, 2019) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa.

12. CONTAS DE RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão/ Reversão</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisão/ Reversão</u>	<u>31/12/2020</u>
Inferior a 10%	8.613	(3.166)	5.447	6.800	12.247
Superior a 10%	<u>723</u>	<u>2.620</u>	<u>3.343</u>	<u>15.992</u>	<u>19.335</u>
Total do passivo	<u><u>9.336</u></u>	<u><u>(546)</u></u>	<u><u>8.790</u></u>	<u><u>22.792</u></u>	<u><u>31.582</u></u>
Circulante	4.668		3.343		19.335
Não circulante	4.668		5.447		12.247

Corresponde ao valor da energia não entregue prevista no contrato de concessão (nota explicativa nº 2.13). O acerto financeiro do montante superior ao limite de 10% da faixa de tolerância será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte valorado a 115% da tarifa vigente. O valor da energia não entregue dentro da faixa de tolerância de 10% será liquidado em 12 parcelas a partir do mês subsequente ao final do quadriênio, iniciado em julho de 2018 e a findar em junho de 2022, valorado ao preço da tarifa vigente. Adicionalmente, os pagamentos dos ressarcimentos anuais e quadriênis encontram-se suspensos até decisão final da Audiência Pública No 034/2019, conforme Despacho ANEEL nº 2.303 de 20 de agosto de 2019.

13. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

Centrais Eólicas	Nº do contrato	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total
Angical	15.2.0345.1	R\$22.474	R\$6.342	-	R\$28.816
Caititu	15.2.0346.1	R\$39.330	R\$11.098	-	R\$50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$49.446	R\$14.268	-	R\$63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$46.080	R\$14.480	-	R\$60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$69.391	R\$16.382	R\$1.945	R\$87.718
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$50.942	R\$14.374	-	R\$65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$25.741	R\$8.667	-	R\$34.408

Para todas as controladas, a taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o primeiro em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de abril de 2032.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas. A Companhia também deve manter, durante toda a vigência do contrato, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado anualmente para todo o grupo em 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2020 foi atendido.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

A Companhia ao apurar lucro líquido, deve destinar ao acionista um dividendo mínimo obrigatório de 10% conforme estatuto social, mediante aprovação prévia do BNDES.

a) Movimentação dos financiamentos

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	308.267	332.653
Captação líquida	-	-
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	22.229	28.095
Amortização do principal	(25.821)	(25.803)
Pagamento de juros	(22.293)	(27.134)
Apropriação de custo - Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”) sobre financiamento	457	456
Saldo final	282.839	308.267

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Apresentados como:		
Circulante	28.120	25.818
Não circulante	<u>254.719</u>	<u>282.449</u>
	<u>282.839</u>	<u>308.267</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	25.818
2022	25.446	25.818
2023	25.446	25.818
2024	25.446	25.818
2025	25.446	25.818
2026 em diante	<u>152.935</u>	<u>153.359</u>
	<u>254.719</u>	<u>282.449</u>

b) Depósitos vinculados

Refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$63.491 (R\$33.524 em 31 de dezembro de 2019) para garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor correspondente a três meses do serviço da dívida e contrato de O&M, além de uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios. A movimentação dessas contas só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

14. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para custos socioambientais (a)	<u>-</u>	<u>579</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para desmobilização (b)	<u>7.494</u>	<u>7.494</u>

(a) Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais e incorporaram tais custos no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

(b) Custos para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR (CONSOLIDADO)

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Adoção inicial 01/01/2019	10.321	151	10.472
Remensuração	(155)	3	(152)
Baixas	(711)	(33)	(744)
Realização AVP	36	1	37
Saldo em 31/12/2019	<u>9.491</u>	<u>122</u>	<u>9.613</u>
Remensuração	1.987	32	2.019
Baixas	(752)	(37)	(789)
Realização AVP	91	4	95
Saldo em 31/12/2020	<u>10.817</u>	<u>121</u>	<u>10.938</u>
Circulante			795
Não circulante			10.143

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	780
2023	725
2024	663
2025 a 2029	3.006
2030 a 2034	2.594
2035 a 2039	1.768
2040 a 2044	538
2045 em diante	69
Total	<u>10.143</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$604.389 (2019, R\$604.389), composto por 1.001.385 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, mediante a aprovação prévia do BNDES durante o prazo do financiamento (nota explicativa nº 13), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(11.461)	(2.519)
Média ponderada das ações	<u>1.001.385</u>	<u>1.001.385</u>
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	<u>(11,45)</u>	<u>(2,52)</u>

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita com geração de energia	86.585	98.468
Impostos sobre receita:		
PIS	(692)	(798)
COFINS	(3.195)	(3.715)
Receita líquida	<u>82.698</u>	<u>93.955</u>

18. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depreciação	(39.593)	(39.909)
Amortização	(691)	(691)
Amortização de arrendamentos	(526)	(341)
Transmissão de Energia	(5.311)	(5.025)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(797)	(604)
Operação e manutenção da usina	(18.884)	(14.609)
Outros	-	(575)
	<u>(65.802)</u>	<u>(61.754)</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	-	-	(3.032)	(5.646)
Penalidades (i)	-	-	(2.130)	-
Serviços de terceiros	(155)	(224)	(953)	(1.017)
Impostos e taxas	(88)	(33)	(598)	(371)
Depreciações	(8)	(16)	(33)	(16)
Equivalência patrimonial	(10.709)	(2.260)	-	-
Sinistro seguro	-	-	2.454	-
Outros	(154)	(235)	(1.480)	(932)
	<u>(11.114)</u>	<u>(2.768)</u>	<u>(5.772)</u>	<u>(7.982)</u>

(i) Vide notas explicativas nº 2.13 e nº 12.

20. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas e despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(22.175)	(28.393)
IOF	(457)	(450)
Encargos financeiros sobre financiamento	(22.632)	(28.843)
Varição monetária passiva de provisões	-	(411)
Outras despesas financeiras	(1.542)	(255)
Despesas financeiras	(24.174)	(29.509)
Receita de juros de aplicações financeiras	1.569	2.981
Receita de juros sobre empréstimos e outras	-	159
Outras receitas financeiras	20	-
Receitas financeiras	1.589	3.140
Resultado financeiro	<u>(22.585)</u>	<u>(26.369)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 2019, as controladas optaram pelo lucro real. Adicionalmente, em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apurou lucro tributável, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do IRPJ/CSLL	(11.462)	(2.519)	(11.461)	(2.150)
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	3.897	856	3.897	731
Adições e exclusões				
Equivalência patrimonial	(3.641)	(768)	-	-
Outros	(256)	(88)	-	(55)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	-	-	(3.897)	(1.429)
Incentivo fiscal Sudene	-	-	-	343
IRPJ/CSLL	-	-	-	(369)

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa “holding” BW Guirapá I S.A.: Seguro patrimonial com cobertura de riscos operacionais de R\$779.902 (R\$776.366 em 31 de dezembro de 2019) e de responsabilidade civil, empresarial e seguro fiança de R\$82.349 (R\$20.000 em 31 de dezembro de 2019).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A principal transação com partes relacionadas está relacionada a seguir:

	2020	2019
<u>Partes relacionadas – outras despesas operacionais</u>		
Ferbasa (a)	448	-

(a) Refere-se ao contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW.

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia e suas controladas, totalizou R\$2.012 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.033 em 31 de dezembro de 2019), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia e suas controladas não possuem planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2020 e 2019 foi efetuada pela Central Eólica Inhambu S.A, Central Eólica Corrupião S.A e pela Central Eólica Caititu S.A.

24. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui processos de natureza civil, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências.

Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia possui processos classificados como risco possível com valor de causa atribuído de R\$3.282 (2019, R\$6.814), porém considerando o estágio do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

25. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto essa transação não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Em 2020: Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16 no montante de R\$2.019, conforme nota explicativa nº 11.
- Em 2019: Reversão de provisão de imobilizado contra provisão de desmobilização no montante de R\$1.347 (conforme nota explicativa nº 9); e Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16 (conforme notas explicativas nº 11 e nº 15).

Oseias da Rocha Fiau
Diretor Presidente

Arnaldo Pereira Anastácio
Contador
CRC nº 1 RJ 61263/O-0 "T" BA